

"INICIATIVAS ILLUSTRES, REPLETAS DE ESTYLO E ADMIRÁVEL ORDEM": AS FESTIVIDADES NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Luiz Felipe Soares de Lima *

Azemar dos Santos Soares Júnior **

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as festividades promovidas pela Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do século XX. Essa instituição, que fez parte de um conjunto de unidades fundadas em meados do século XIX e encarregadas de formar, elementar e profissionalmente, a infância dita pobre e marginalizada da sociedade, muito cedo passou a enfrentar a resistência das camadas populares, seu principal alvo. Isso aconteceu, pois o desapareço com que esses grupos enxergavam a Marinha, marcada na memória social como uma espécie de depósito de homens “sem jeito”, instigava um sentimento de repugnância à carreira do marujo. Como consequência, o preenchimento dos quadros navais quase sempre deixou a desejar, fazendo com que as escolas, de um modo geral, procurassem zelar pelo bom nome junto à opinião pública através de instrumentos que visibilizassem a boa educação que acreditavam proporcionar.

Diante disso, levantamos a tese de que as festas surgiam como alternativas promissoras para a reversão desse cenário. Estudos mostram (LOPES, 2012; LIMA, 2022) que às comemorações abriam a escola à comunidade extraescolar, apresentando-a como espaço sadio, no qual reinava a excelência educacional, a ordem e a boa conduta coletiva. A instituição ganhava a oportunidade de se mostrar através de solenidades, das quais, aqui, analisaremos um exemplo cuja imprensa se preocupou em cobrir. A presença de figuras ilustres, ligadas ao poder público, por exemplo, atraía parte dos jornais locais que, por sua vez, eram capazes de mobilizar narrativas sobre ocasião e de produzir, na esteira de acontecimentos, uma imagem amistosa do recinto. Registros da Escola de Marinheiros paraibana mostram que o corpo diretor estava atento ao uso tácito das notícias que, muitas vezes, além de chegarem aos rincões do estado, locais de onde a

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrando (bolsista Capes).

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Doutor, Professor Orientador.

Instituição extraia grande parte de seus menores, guardavam o potencial de desfazer possíveis equívocos quanto àquela formação, bem como demonstrar as principais vantagens de se pertencer à mesma.

Pretendemos, desse modo, compreender como esses eventos, com seus usos e significados, vêm sendo abordados pela historiografia, assim como as intenções contidas nesses eventos, quando promovidas pela Unidade paraibana. Para tanto, adotamos metodologicamente a *análise do discurso*, formulada por Michel Foucault (2014), para qual importa perceber as produções de sentido contidas nas fontes históricas, em diálogo com o conceito de *disciplina*, também de Michel Foucault (2018), cuja preocupação é apresentar o conjunto de técnicas de dominação aplicadas em ambientes de controle, a fim de investigarmos as fontes presentes nas páginas do jornal *O Norte* (1908-1909) e nos *Livros de Copiador de Ofício* (1912-1914). Ressaltamos ainda que esse estudo é pioneiro no trato com as “festividades” nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, logo acreditamos que ao produzi-lo, oferecemos uma contribuição para a historiografia acerca do tema.

Um breve balanço do festejo e sua presença na literatura acadêmica

No escrito “Festa para que te quero: por uma historiografia do festejar” (2011), Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama atenção para o longo período o qual as festividades estiveram ao largo das análises historiográficas. Segundo ele, somente algumas comemorações cívicas ou as datas consideradas significativas para a história nacional mereciam alguma menção. Nessas ocasiões, quase sempre a participação dos historiadores se limitava a colaboração com um discurso de legitimação de certa data comemorativa. Os esforços direcionados ao pensamento mais aprofundado sobre as festas, no entanto, não partiram dos historiadores, mas, antes, dos folcloristas e etnógrafos, para, em seguida, se tornar, pelas mãos dos cientistas sociais, um tema de estudos sistematizado, à medida que a festa revelava dois caminhos de análise: um que a apontava como um momento de ruptura da ordem vigente e outro que atribuía a ela a condição de fotografia de nossa identidade nacional. Essas tendências prenderam a atenção de quem se dedicasse ao estudo do festejo por muito tempo. É a essa tradição que Albuquerque Júnior procurou demonstrar alternativas, ao considerar outros sentidos às festividades, e que, nesse mote, gostaríamos, também, de nos distanciar para pensarmos as festas oferecidas pela escola em análise.

Certamente, a tese mais antiga acerca da essência das festas repousa no caráter de rompimento com o cotidiano, de excepcionalidade, de quebra da rotina que ela pode significar. Essa é uma visão, até certo modo, comum e que segue seduzindo estudiosos, inclusive acadêmicos. Para Vânia Cristina da Silva (2011), por exemplo, para muitos autores, as festas possuem diversas funções, mas certamente uma das mais consolidadas é a de disrupção, um “[...] ato subversivo que desconfigura a ordem social” (SILVA, 2011, p.10). Essa ideia concorre diretamente com uma outra, a de que a festa corresponde a uma cena essencial do que uma sociedade é, daquilo que faz de um lugar, *aquele* lugar. Essa é a premissa principal de trabalhos como “*Carnaval, Malandros e Heróis*”, obra publicada pelo antropólogo Roberto da Matta em 1979. Ele defendeu a tese de que o entendimento da identidade brasileira estaria atrelado ao modo como lidamos com as festas, sejam elas cívicas ou patrióticas. O trabalho de Matta logo se tornaria referência e inspiraria estudos posteriores, visto que procurou superar a percepção de puro rompimento com o cotidiano e militar em defesa do festejo como componente revelador de padrões que regem a ordem social.

No universo de alternativas que buscaram, senão superar, inovar a tese canonizada por Matta, irrompe o texto do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, chamado *Festa no Pedaco* (1998). Magnani faz da obra de Matta inspiração e contraponto para estudar as festas e as atividades de lazer das populações das periferias da cidade de São Paulo. Com isso, além de ultrapassar a temática das festividades tradicionais, muito ligadas ao imaginário rural, utilizando como objeto as festas da periferia de grandes cidades, o autor, de modo estratégico, também rompeu com a dicotomia característica dos estudos de Matta, muito marcados pela dialética casa e a rua, universo público e privado, instalando uma situação transitória nesse caminho. Para ele, o pedaco é um local funcional onde “colegas”, os “chegados” partilham a mesma vivência, um espaço intermediário entre aqueles que estavam na intimidade da família e na estranheza obscura da rua.

A contribuição dos profissionais da História só viria mais tardiamente e, segundo Albuquerque Júnior (2011), com o sutil saudosismo de uma visão clássica construída, sobretudo, por Gilberto Freyre (2008). Freyre defendeu que o “modo alegre, plástico e harmônico de sermos” também se faz presente em nossos festejos particulares. A festa aglutina “[...] momentos de encontro e confraternização das nossas diferenças, momentos de convivência harmônica e pacífica das distintas ordens” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 138), elementos fortemente presentes nas manifestações tradicionais, na cultura popular, a qual preservaria a verdadeira

essência do ser brasileiro. Sendo assim, resguardar as maneiras particulares de comemoração de nosso povo significava manter a brasilidade e o espírito nacional frente às ameaças do cosmopolitismo. Não coincidentemente, os trabalhos historiográficos posteriores internalizaram essa ideia ao defenderem que as festas populares eram formas de resistência à dominação social. Conforme Albuquerque Júnior (2011), se apropriaram em algum momento desses princípios historiadores como João José Reis (1991), Mary Del Priore (1994) e Martha Abreu (1999), cujas construções narrativas passaram a se basear no conflito, no antagonismo entre universos simbólicos, como sugeriu Freyre.

Por outro lado, a História Cultural, que vem ocupando espaço historiográfico desde, pelo menos, a década de 1990, já se debruça sobre a temática das festividades, ofertando, contudo, um olhar pouco alinhado às correntes tradicionais. Nos estudos sobre a cultura brasileira, ainda que em diálogo constante com as correntes europeias das quais a área se origina, sobretudo a francesa, historiadores têm apontado para a necessidade de se observar o cotidiano de determinadas camadas tidas como populares e como as tradições são forjadas. Um trabalho de que, por fim, nos direciona para a discussão que gostaríamos de pautar, isto é, os sentidos e intenções de dadas festividades escolares, foi o produzido por Maria Ramos Flores (1998) que, ao investigar as tradições populações açorianas em Santa Catarina, conduziu uma análise do discurso em que o resultado, segundo Albuquerque Júnior (2011), recaiu no festejo como algo que se fabrica, se constrói em um tempo e espaço e visa reforçar a solidariedade comunitária. A invenção das tradições possui por finalidade dotar o presente de um passado com dados sentidos e significados. Ou seja, a festa é uma produção intencional preocupada em fortalecer o sentimento de pertencimento comunitário. Para tanto, signos e sentidos são operacionalizados na busca de conectar passado e presente.

Do mesmo modo que as festas populares, por exemplo, comemorações escolares não escapam a essa lógica, muito simplesmente por se produzirem em um espaço afetado pelas relações sociais que se originam fora dele. A escola não é uma redoma isolada da sociedade, logo sempre esteve à mercê de sua influência. Aproximamos, aqui, a festa escolar do que Ramos Flores defendeu: como um tipo de fabricação repleta de interesses. Recordamos que a escola analisada neste estudo, isto é, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba possuiu características próprias, afinal se tratou de uma repartição elaborada para formar marinheiros, ou seja, braços detalhadamente treinados para defender a Nação. Para isso, nas primeiras décadas do século XX, era primazia que fossem bem modelados por uma dura rotina de exercícios e vigiados

constantemente, tudo isso sob a justificativa de que era preciso incutir em seus corações os princípios de um bom marujo. Apesar do objetivo ousado, as unidades, que por volta da primeira década de 1900 se dividiam em aproximadamente 15 exemplares dedicados ao ensino primário e profissional espalhado pelo país (SILVA, 2017, p. 20), se viam diante de enormes dificuldades. Um dos principais a perseguir a Unidade paraibana, por exemplo, desde sua fundação, no ano 1871, foi a falta de arregimentados, condição explicada por vários motivos, mas sobretudo pela imagem negativa carregada pela Marinha ao decorrer do tempo.

Isso se deu devido aos modelos de arregimentação inicialmente adotados pela Marinha, pautados no recolhimento forçado de praças, voluntariado e tributação carcerária. Durante o século XIX, o número de indivíduos que eram recolhidos voluntariamente à Marinha era diminuto e carecia do equilíbrio que somente o recrutamento forçado poderia oferecer. Em contrapartida, esse modelo trazia para os navios praças dos estratos mais subalternizados da sociedade, jovens ditos vagabundos e malfeitores cujas famílias, quando existiam, em derradeiro ato de desespero, enviavam-nos para a correção na Marinha. Além do mais, a polícia também contribuía significativamente para o preenchimento, pois era orientada a enviar recolhidos e condenados para as fileiras da armada. O resultado disso era uma frota de indivíduos considerados moralmente repugnantes, submetidos, sob a justificativa de que precisavam ser disciplinados, a um tratamento degradante e, muitas vezes, cruel, o que não tardou em gerar uma imagem profundamente negativa para a Esquadra, que passou a ser conhecida como uma espécie de depósito desses sujeitos.

Essa imagem negativa não repercutiu apenas as embarcações da Marinha de Guerra, mas, antes, contaminou as escolas, que foram elaboradas para se tornarem gargalos, filtros capazes tanto de levar os melhores elementos para a armada, quanto evitar que os piores chegassem a ela. Com o tempo, diversas estratégias foram sendo pensadas para contornar a falta de aprendizes e, conseqüentemente, de marinheiros, já que as escolas passaram a ser a principal fonte de tributação para a Marinha a partir da segunda metade do século XIX. Para tanto, levantamos a hipótese de que foi devido à necessidade de corrigir esses problemas, como os de melhorar a frota e assimilar um número significativo de menores, que tais instituições buscaram uma permanente presença na cena pública, de modo que evidenciassem suas benesses para a população. Dessa forma, organizar eventos, os quais se fizessem presentes os estratos mais elevados da sociedade, e eles apresentar o garbo e correção de seus alunos, se revelou um caminho de redenção. Assim era possível zelar pela imagem da Marinha e alavancar o bom nome que procuravam alimentar.

Como visto, as festas passaram a desempenhar uma função importante de promoção da Marinha. A natureza delas poderia ser diversa, de acordo com a função que desempenhava, fosse em comemoração a datas civis ou militares, por exemplo. De acordo com Antônio Carvalho Lopes, nesses eventos, “[...] faziam-se discursos, cantava-se, representava-se, tudo com preparação prévia visando mostrar a disciplina e a excelência pedagógica do estabelecimento de ensino e da educação nele ministrada” (LOPES, 2012, p. 4365). Para a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, eram ocasiões ímpares para demonstrar ao Governo e a sociedade o excelente serviço que estavam prestando, por meio de conversas *tête a tête* ou pela repercussão das matérias jornalísticas, cuja circulação chegava ao espaço que mais se desejava que chegasse: o interior do estado. Doravante, fica claro que os festejos promovidos pela Escola também eram fabricações, situações sistematizadas pelo Comando escolar para que arrancassem elogios de todos, principalmente dos jornais. Neste trabalho, como em outros situados no tecido da História Cultural, endossa-se o caráter inventivo e estratégico do evento, entendido aqui como uma construção prática e discursiva.

No próximo tópico, apresentaremos a análise de uma dessas festas ofertadas pela Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, no ano de 1908, descrita com detalhes nas páginas do jornal *O Norte*. Com essas fontes em mãos, poderemos aprofundar a análise já timidamente iniciada sobre as intencionalidades contidas nessas ocasiões.

“Onde não se via uma flor, reluzia um chrystal”: a inauguração do edifício próprio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba na praia de Tambaú

A presença da escola na cidade não se dá apenas pela existência de um edifício-sede ou de um corpo formador responsável por acolher estudantes e educá-los conforme a natureza da instrução. A escola também se faz presente quando se abre à população, quando convida a comunidade a conhecê-la ou, pelo menos, a conhecer aquilo que a própria repartição planejou previamente para que se conheça. Realidade concreta ou simulada, essência do que é o espaço educativo ou apenas uma encenação do que se gostaria que fosse, certamente as festividades são ocasiões privilegiadas para que o mundo exterior adentre a escola e possa avaliá-la. A natureza e os usos que se fazem dessas solenidades é que o desejamos pensar nas próximas linhas, considerando as comemorações conduzidas pela Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no ano de 1908.

Começamos avaliando as circunstâncias que estimulavam a promoção de uma festa escolar. Nos aproximamos de Antônio Carvalho Lopes (2012, p. 4366), quando afirma que as festas dos grupos escolares piauienses durante a Primeira República funcionavam como estratégias para dar visibilidade da escola, como prática formativa dos alunos e expansão da ação educativa, destacando a importância, modernidade, zelo e competência da educação nela ministrada. Para tanto, eram ofertadas em datas específicas, como no início ou final dos trabalhos escolares, durante datas cívicas, patrióticas ou religiosas de elevada importância (como o 7 de Setembro, a festa da Árvore), durante a inauguração do edifício escolar ou no aniversário da instituição. Essas se tornavam ocasiões de rompimento com o espaço fechado da escolar e mobilização por um lugar importante na cidade e na estima de seus munícipes.

Nesse sentido, a Escola de Marinheiros da Paraíba se manteve em evidência, oferecendo, num espaço de pouco mais de 6 meses, entre os anos de 1908 e 1909, três solenidades abertas e com cobertura de parte da imprensa. Aqui, nos deteremos a primeira delas, ocorrida no dia 6 de dezembro de 1908 e dedicada à inauguração da primeira sede própria da Unidade, na praia de Tambaú, distante aproximadamente sete a oito quilômetros do centro da Cidade da Parahyba (RODRIGUES, 1962, p. 149). Se tratou, antes de tudo, de uma inauguração simbólica, afinal os aprendizes já haviam se instalado no prédio, às pressas, há, pelo menos, um mês. Isso ocorreu como resultado dos problemas higiênicos encontrados na antiga sede que dispunham: um armazém improvisado localizado na própria praia de Tambaú. Segundo Azemar Soares Júnior e Luiz Felipe Lima (2021a, p. 209), as doenças que começaram a se abater sobre os corpos dos aprendizes forçaram a Instituição a pedir autorização ao Ministro da Marinha para uma mudança emergencial de edifício. No entanto, diante de uma negativa, muito pela impossibilidade de se encontrar outro local adequado que pudesse comportar o contingente de pessoas em tempo hábil, o Capitão Diretor à época, o Sr. Raul Quadros, encontrou como solução inusitada iniciar a uma mudança definitiva para o novo edifício, ainda fase de construção, posto que se aproximava do término e parecia reunir as condições mínimas para o aquartelamento.

Embora, segundo Lopes (2012, p. 4367), as inaugurações de prédios escolares marcassem o momento em que a escola em festa e de roupa nova apresentava-se à cidade, demarcando sua importância, imponência e modernidade, não há indícios de que, de fato, a sede adquirida somente depois de décadas de insistência estava totalmente pronta. No entanto, esse não foi um impeditivo para que uma “[...] bella festa” fosse ofertada “[...] no lugar onde vêm morrer gentilmente as águas atlânticas” (O NORTE, 8 dez. 1908, p. 1), ou seja, a praia de

Tambaú. O jornal O Norte registrou sem grande parcimônia o evento: dizia-se que carros peçados de convidados, “[...] muitas famílias e cavalheiros da nossa melhor sociedade” (ibidem), iam em direção a Escola de Aprendizes Marinheiros naquela tarde provavelmente ensolarada de primavera. Aqueles que chegavam, logo eram recepcionados pela banda de Aprendizes e uma luminosa guarda de honra que prestava continência recorrentemente. Após todos serem recebidos com gentilezas, eram conduzidos a nova sede, obra vasta, disposta de amplas acomodações, abundância e solidez, bem arejada, descrita pelo redator, sem que escondesse sua admiração, como um “[...] estabelecimento modelar” (ibidem). O passeio logo se encaminhou para a sala do 1º Sargento João Gonçalves, onde duas fileiras de aprendizes fizeram vários exercícios de esgrima, “[...] mostrando os menores muita destreza e disciplina” (ibidem) na execução.

O passeio continuou no espaço do salão de visita, no qual “[...] foi oferecido aos presentes um copo de cerveja Frade” (ibidem). Nele, o Sr. Raul Quadros, o Capitão Diretor da escola, cumprimentou o Coronel Manoel Joaquim de Sousa Lemos, condutor da Guarda Nacional, “[...] erguendo, ao terminar, um viva ao brioso oficial”, no momento ligeiramente anterior ao se disporem ao exercício de tiro ao alvo que foi conduzido pelo Capitão da escola. Na oportunidade, “[...] as senhoritas filhas do capitão do Porto, Frederico Von Hoonholtz, deram vários tiros” (ibidem), assim como outros cavalheiros, todos mostrando pouca perícia com o rifle Winchester que tinham em mãos. Por fim, seguiram os convidados a porta do edifício para que fossem fotografados. Rapidamente, se aglutinaram os oficiais da Guarda Nacional, oficiais da Escola, representantes da imprensa e as muitas famílias que ali foram recebidas. No centro da imagem, figuravam o Capitão Tenente Raul Quadros e o Coronel Manoel Lemos, trocando amistosos cumprimentos no instante em que a noite caía e a festa se encaminhava para o encerramento.

Dentre os pontos que nos chamam atenção, elencamos o perfil dos convidados como algo especialmente curioso. Diferente das comemorações cívicas, onde a nacionalidade se exacerba e cabe a escola ensinar a toda a comunidade as tradições inventadas, por meio de canções, recitações, monólogos e hinos, a festa de inauguração da sede da Unidade da Paraíba é marcada pela moderação e seletividade. Isso se expressa, por exemplo, quando o “o melhor da sociedade” é convidado e comparece ao recinto. Observa-se, portanto, que a abertura a cidade se dá de modo controlado, restrito a certos setores sociais, aqueles que, talvez, melhor correspondessem aos interesses do Comando naquela ocasião. A quantidade significativa de

figuras ligadas a Marinha e ao meio militar sugere que o Comandante Quadros buscava, antes de tudo, apresentar o novo edifício a seus pares, provavelmente num gesto de agradecimento as forças que intermediaram, junto a própria escola, a conquista que ali finalmente era contemplada: a obtenção de um prédio particular, após aproximadamente 37 anos de fundação da Unidade. O convite estendido não só foi feito a uma das figuras mais influentes na Marinha na localidade, o Capitão do Porto, mas estendido à sua família, com requintes de gentilezas, visto que se permitiu até que suas filhas pudessem praticar tiro ao alvo junto com os demais rapazes, como bem relata a matéria. Isso sugere a possibilidade levantada há pouco, de que a escola procurava manter relações amistosas com as figuras ilustres da sociedade, sobretudo aquelas cujo poder de barganha era importante para a obtenção de benefícios junto ao Estado.

Um outro ponto a ser pensado se trata da ritualidade com que a festa se desenrola. A descrição dada pelo *O Norte* aponta para um roteiro muito bem delimitado, que foi desde a recepção dos convidados à fotografia final onde todos se reuniram fraternamente. Uma das situações de evidência desse sutil ordenamento espacial e comportamental foi registrado na prática dos exercícios feita pelos aprendizes. Como já apontado, dentre os usos que poderia ser feito das festas, um dos mais recorrentes era a tentativa de dar visibilidade às práticas educativas implementadas no modelo escolar. Com a Escola da Paraíba não era diferente. Era de suma importância que os movimentos muito bem executados arrancassem elogios daqueles que os assistiam. Para uma escola que buscava modelar os corpos, dar-lhes feição de marinheiro, era preciso que mostrassem a destreza nos mínimos detalhes de suas vidas, que fossem um corpo máquina, marca da modernidade que finalmente raiava pelas mãos da República. Contudo, isso só poderia acontecer se fossem considerados sujeitos dóceis. Sujeitos disciplinados.

Por disciplina, entendemos o caracterizado por Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (2018). O autor chamou de disciplinado o corpo que era “submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2018, p. 134) por um conjunto de técnicas de controle e modelação. Mesmo que essas técnicas existissem desde a antiguidade, o autor defendeu a tese que somente na segunda metade do século XVIII, a partir de certo treinamento, tornou-se algo que se fabricava. O poder disciplinador, portanto, caracteriza-se pelo esquadrinhamento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, atingindo particularmente sua carne, atitudes e comportamentos. Diante disso, nos hospitais, fábricas e escolas, tal como na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, observa-se uma constante preocupação na distribuição espacial, regulação normativa, vigilância constante e registro minucioso da vida dos

sujeitos. Com isso, ao serem disciplinados, eram objetos de exposição nas festas, de modo que todos que os assistissem ficassem fascinados pela graciosidade e vigor com que praticavam o que aprendiam.

Assim, percebe-se que o ordenamento observado nas cenas não se tratava de uma mera coincidência, mas, antes, de algo articulado como mote de toda a organização escolar. Não só os gestos, como descrito, mas a própria ornamentação do espaço deveria transmitir os signos, a ordem que se desejava preservar. Ao expor a visão que se tinha da sede recém-inaugurada, o jornal emitiu um parecer esperado: o prédio se tratava de um “estabelecimento modelar”. Essa impressão certamente foi perseguida pelo corpo diretor, de modo que o objetivo era que a maior quantidade de visitantes pudesse concordar com tal opinião. É possível dizer que a disciplina impressa no espaço e nos comportamentos também se caracterizava um tipo de educação estética, como bem relatou Renata Cândido (2007, p. 81), para quem a educação estética representa as variadas formas de expressão que refinavam o olhar humano e que se dão, por exemplo, por meio do “[...] nas aulas de canto e música, na ornamentação das escolas para as festas, na participação das mesmas e especialmente, nas expressões de cultura física como ginástica, marcha ritmada e jogos escolares”. Sendo assim, fica fácil considerar que diversos elementos dispostos nas festas escolares, inclusive na supracitada, possuíam o caráter ao mesmo tempo estético e educativo.

Por fim, partimos do pressuposto de que as festas eram muito bem articuladas, de modo que seu público, em especial o ligado à imprensa, saísse maravilhado com o estilo e admirável ordem da iniciativa. A capacidade de sedução dessas ocasiões poderia ser decisivo na preservação da solidariedade entre os agentes públicos, para o resgate da imagem da Marinha, assim como para um maior recrutamento de aprendizes, afinal as notícias circulavam e, embora houvesse um número reduzido de leitores, o período também foi marcado pelo jornal falado, o que faziam com que o acesso à informação pudesse chegar aos principais tributários de braços para a armada: as classes menos favorecidas que, muitas vezes, por não verem outra opção senão a Marinha, depositavam seus filhos naquela carreira. Prova da atenção que o Comando escolar reservava as ocasiões solenes repousa relatório apresentado em dezembro de 1913, quando o Capitão Diretor Augusto Guimarães comentou sobre seu entusiasmo quanto a promoção de eventos públicos, pois neles “[...] O bom nome da Escola [poderia ser] [...] proclamado exatamente pelas pessoas mais autorizadas e insuspeitas”, possibilitando repassar “[...] aos jornaes as informações exactas da vida e do ensino na Escola”, de modo que fossem “[...] transmittidas para o interior as impressões”, cujo resultado não poderia ser menos que um “[...] enorme benefício para a Marinha

(LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1912-1914). Nada mais conveniente que uma festa para se atingir esse objetivo.

Considerações Finais

Ao término desse trabalho, conclui-se que festividades oferecidas pela Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba foram ocasiões tacitamente úteis para o corpo diretor da instituição a) reforçar laços com autoridades cujo poder de barganha era considerável, sobretudo para a obtenção de benefícios junto ao Estado; e b) dar visibilidade a formação ofertada pela escola, de modo que, transmitidas suas qualidades através da cobertura da imprensa, pudesse ela reverter a resistência das classes populares instrução naval e atrair a juventude para as fileiras da Marinha.

No primeiro tópico, nos preocupamos com a forma como esses eventos foram abordados pela literatura científica ao decorrer do tempo. Observou-se que as correntes tradicionais, fortemente ligadas às Ciências Sociais, defenderam teses, até certo ponto, antagônicas sobre a natureza das festividades. Somente durante a década de 1990 que a historiografia ensaiou suas contribuições, oferecendo um olhar aguçado sobre esses atos a partir da chamada História Cultural, por exemplo.

Por outro lado, o tópico dois se debruçou sobre os usos desses eventos pela referida escola, partindo de uma solenidade ofertada no dia 6 de dezembro de 1908 e dedicada a suposta inauguração do novo edifício escolar. O perfil dos convidados e a disciplinaridade com que a festa foi conduzida nos ofereceram indícios de que haviam intencionalidades bem mais profundas do que o simples ato de comemorar a conquista de uma sede própria, após quase quadro décadas de penúria.

Por último, ressaltamos que a justificativa apresentada na introdução também se revelou um desafio para essa pesquisa. A falta de estudos a cerca dos festejos nas escolas da Marinha ou mesmo em outras, sobretudo de perfil militar, nos limitou a percepção, de modo que outras nuances poderiam ser observadas com a ajuda de trabalhos já produzidos. Desse modo, se a pesquisa em si é um desafio, convido outros estudiosos a se aventurarem, propondo análises que levem em consideração o que foi abordado aqui, assim como outros elementos que, por algum motivo, negligenciamos. Acreditamos que contribuições assim permitem que uma historiografia robusta possa ser construída, de modo que elucide, ao menos, parte das perguntas que possuímos sobre a história da educação dessas e de outras instituições.

Referências

- ABREU, Martha Campos. **O Império do Divino, Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar**. Patrimônio e memória, v. 7, n. 1, p. 134-150, 2011.
- CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi: palavras, sentidos, ficções**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO**. Arquivo da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, 1912-1914.
- LIMA, Luiz Felipe Soares. "Precisamos de uma forte e inteligente propaganda, sobretudo depois dos deploráveis sucessos de 1910": a herança da Revolta da Chibata (1910) para a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba na segunda década do século XX. In: **II Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional**, 2022, Natal.- Anais. Natal: Editora do IFRN, 2022. v. 2. p. 52-63.
- LOPES, Antônio Carvalho. **A escola em festa: Festividades escolares na I República no Piauí**. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/396AntonioPaduaCarvalhoLopes.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- MAGNANI, José Guilherme **Cantor. Festa no Pedaco**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MATTA, Roberto da. **Carnaval, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- O NORTE**. Cidade da Parahyba, 6 de dez. 1908. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=1242>>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.
- SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, Salve! Salve!:** festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). 2011. 154 f. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; LIMA, Luiz Felipe Soares de. **A Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba e os discursos educativos sobre um prédio que já nasceu morto.** Temas em Educação, v. 30, p. 205-224, 2021a.

